

Informe FUP

24.11.2009

Campanha Reivindicatória no Sistema Petrobrás

Sindicatos da FUP reafirmam deliberação dos trabalhadores: “Com punição, não tem acordo!”

FUP indica continuidade do estado de greve e intensificação das mobilizações surpresa

Reunido no Rio de Janeiro, nesta terça-feira, 24, os sindicatos presentes no Conselho Deliberativo da FUP, rejeitaram, por unanimidade, a terceira contraproposta apresentada pela Petrobrás, reafirmando que com punição não tem acordo. Os sindicatos deliberaram também pela continuidade do estado de greve e intensificação das mobilizações. A FUP comunicará à Petrobrás a rejeição da contraproposta e cobrará o cancelamento total de todas as suspensões e advertências arbitrariamente aplicadas pela empresa aos trabalhadores que participaram da greve de março.

Os sindicatos reconheceram que houve avanços importantes nestas seis rodadas de negociação conduzidas pela FUP, fruto, principalmente, das mobilizações surpresa realizadas pelos trabalhadores. A contraproposta da Petrobrás, no entanto, não atendeu um ponto fundamental: o cancelamento das punições. Esse é um condicionante para a assinatura do acordo coletivo, conforme deliberado pela I Plenária Nacional da FUP e referendado pela categoria nas assembléias. Os trabalhadores aprovaram que com punição, não tem acordo. Portanto a contraproposta da Petrobrás já nasceu rejeitada.

A Categoria não pode avalizar a campanha autoritária das gerências contra o legítimo direito de greve, como fizeram em março, quando cortaram a comunicação nas plataformas; expulsaram os trabalhadores das unidades, assumindo a produção de forma insegura com equipes de contingência; atacaram os sindicatos com interditos proibitórios, entre tantas outras arbitrariedades. O que está em xeque é o direito de mobilização dos trabalhadores e a sua liberdade de organização.

“Mexeu com meu companheiro, mexeu comigo”, essa tem sido a tônica do movimento sindical petroleiro, que enfrentou os canhões do exército na greve de mais de 30 dias de maio de 1995, reagiu às demissões de companheiros, lutou contra as intervenções em sindicatos e tantos outros ataques durante os

governos neoliberais e a ditadura militar. É inadmissível que um governo popular, que tem por marca a anistia, permita punições políticas na empresa que é referência de um projeto nacional de desenvolvimento social e econômico.

A Federação, portanto, orienta os trabalhadores a permanecerem em estado de greve em todo o país, dando seqüência às mobilizações surpresa. Não tem acordo com punição. Punição não se negocia. Punição é inaceitável. Esse é um ponto central da campanha reivindicatória e foi deliberado coletivamente pelos trabalhadores.

Direção Colegiada da FUP